

SOBRE O TEMA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Til Pestana

Til Pestana,

Mestre em história e crítica da arte, especialista em história da arte e da arquitetura no Brasil. Graduação em História e Museologia. Historiadora da arte no IPHAN/ Centro Lucio Costa – Centro Categoria II de Treinamento e Gestão em Patrimônio Cultural sob os auspícios da UNESCO, no Rio de Janeiro. Atualmente está realizando um projeto de pesquisa sobre as boas práticas de gestão dos sítios reconhecidos como patrimônio mundial pela UNESCO e trabalhando como consultora na elaboração do dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial do sítio arqueológico do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

Resumo

O artigo aborda as diretrizes e as estratégias de atuação dos gestores culturais relacionadas às políticas econômicas definidas, em 2009, no Fórum Nacional sobre Patrimônio Cultural. Apresenta a origem do pensamento que orienta o conceito de gestão do patrimônio cultural nos Estados Unidos e Europa a partir da segunda metade do século XX. Analisa a gestão do patrimônio cultural relacionado ao desenvolvimento socioeconômico no Brasil e a formação de gestores culturais. Conclui sobre a importância de se buscar vincular os conceitos de preservação e seu significado social considerando seu papel nos projetos que buscam uma transformação social.

Palavras-chave

Gestão cultural, preservação, patrimônio, turismo, cultura.

SOBRE O TEMA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1. As perspectivas sobre capacitação e gestão cultural no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Brasil

O primeiro Fórum Nacional de Cultura ocorreu, em 1977, quando o Governo Federal, através dos encontros com as Secretarias Estaduais de Cultura procurava difundir a Política Nacional de Cultura. Nestes encontros, que se multiplicaram posteriormente, entre 1982 e 1988, surgia a questão da gestão cultural com a preocupação nova sobre a necessidade de cursos para treinamento de gestores culturais. Entretanto, um Fórum Nacional, especificamente, sobre patrimônio cultural, ocorreu de 13 a 16 de dezembro de 2009, em Ouro Preto, Minas Gerais, promovido pelo IPHAN, em parceria com o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e a Associação Brasileira de Cidades Históricas – ABCH. Este encontro teve como tema central a realização de uma das etapas para a construção conjunta do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – SNPC. Também procurava promover a discussão, reflexão e construção da Política Nacional de Patrimônio Cultural – PNPC, buscando definir os desafios, as diretrizes e as estratégias de atuação dos gestores culturais.

Neste primeiro Fórum Nacional sobre patrimônio cultural ocorreram diversas comunicações sobre os temas de capacitação, gestão e formação profissional em patrimônio cultural. Os resultados dos debates sobre estes temas foram definidos com os seguintes objetivos principais: consolidação de um Programa Nacional de Formação dentro do Sistema Nacional de Patrimônio; formação de uma coordenação multidisciplinar para o Programa Nacional de Formação em Patrimônio; estudo sobre a possibilidade de formação de um Sistema de Indicadores para Avaliação dos Programas de Formação em Patrimônio em âmbito nacional, adotando como referência o Sistema de Indicadores do Ministério da Cultura em parceria com o IBGE, o da Capes e do Programa de Estatística de Cultura da UNESCO; ampliação dos projetos voltados para a Formação, Gestão e Educação para o campo do Patrimônio Cultural. Estes objetivos tinham ações estratégicas que deveriam ser implementadas, em 2010, e outras, de 2010 a 2014 (I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2010, p.67 a 71). Mas, estas ações estratégicas previstas não avançaram, bem

como, as discussões em fóruns e conferências sobre a formação profissional e a capacitação em patrimônio. De qualquer forma, o tema da gestão do patrimônio cultural estava na pauta do Fórum como um dos desafios da política nacional de patrimônio cultural. Estes desafios elencados relacionavam a gestão do patrimônio cultural com o desenvolvimento socioeconômico e a geração de negócios envolvendo sítios urbanos preservados:

“O distanciamento entre os órgãos e agentes de proteção e desenvolvimento não é um desafio novo. Novamente ele aparece nas falas e sugere estratégias de aproximação entre sujeito e objeto de proteção, inclusive como formas de redução do preconceito contra o tombamento e mostrar o patrimônio como valor e fator de desenvolvimento socioeconômico de fato. Na questão da gestão, inclusive a partir da preocupação com a mitigação dos impactos negativos citados acima, reforçou-se a necessidade de dar um caráter sustentável na geração de negócios envolvendo os sítios urbanos” (I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2010, p. 82).

1.1. O Fórum definindo a gestão do patrimônio cultural direcionada para as políticas econômicas

Mediante isso fica claro que havia uma acentuada articulação entre uma visão centrada na economia global para o campo do patrimônio cultural e a sua gestão voltada para o desenvolvimento socioeconômico. A preocupação no Fórum estava focada num entendimento em que a gestão do patrimônio cultural fosse direcionada para as urgências de políticas econômicas e sociais. A ênfase era nas urgências econômicas, no alargamento do mercado e na globalização do patrimônio cultural. Assim, a formação e capacitação de profissionais voltados para o patrimônio cultural era orientada para a elaboração de políticas culturais e a administração cultural guiada por técnicas de gestão que visavam principalmente financiamentos e angariar recursos para manter o patrimônio cultural. Os efeitos disso já conhecemos: a troca do potencial de nosso patrimônio cultural acumulado, através de séculos pela ganância fácil do “aqui e agora”.

De certo, estaríamos distantes do entendimento da necessidade de assegurar a gama imensa de atividades que dizem respeito à diversidade do patrimônio cultural, que vão desde a identificação até a preservação dos bens culturais, passando pelos campos da história da arte, arquitetura, arqueologia, etc. Ou seja: cada uma destas áreas se sujeitariam as determinadas prioridades de caráter econômico atendendo a pauta do dia. O que se

pretendia tratar eram as novas possibilidades de lucro econômico com o patrimônio cultural.

O que vem ocorrendo, desde então, é que as atividades nos diversos setores do patrimônio cultural estão voltadas para a prioridade econômica determinada por linhas políticas e ideológicas governamentais. Hoje, o patrimônio cultural está mais vinculado a preocupações e critérios econômicos muitas vezes em detrimento de um desenvolvimento integral. Não estamos defendendo o entendimento do patrimônio cultural considerado “um fim em si” em oposição à concepção de que deve ser um elemento acelerador do desenvolvimento econômico. Mas, estamos sublinhando que a compreensão do significado do patrimônio cultural passa pelo entendimento de que ele constitui um elemento fundamental da complexa vida social. Assim, entendemos que a gestão do patrimônio cultural deveria estar diretamente ligada a uma política cultural que abrangesse uma gama imensa de áreas e não apenas a economia. Dentre estas áreas, acreditamos que a educação seja o campo capaz de articular a diversidade de interesses na gestão do patrimônio cultural exatamente pela complexidade de significados que nossos bens representam para a sociedade.

De qualquer forma, é fundamental entendermos a origem do pensamento que orienta o conceito de gestão do patrimônio cultural. Sem dúvida, este tema é cada vez mais presente nas sociedades e tem um lugar prioritário entre os diversos Governos e as instituições do setor. Desse modo, devemos compreender o significado da gestão do patrimônio cultural e sua articulação na gerência de processos no campo da cultura e da arte. Talvez, isto propicie entendermos também as decisões políticas, econômicas e administrativas, especialmente da política e administração pública dos últimos anos no Brasil.

2. A origem do pensamento que orienta o conceito de gestão do patrimônio cultural

O interessante estudo de José Carlos Garcia Durand (2000) observa que o tema da gestão cultural surge primeiramente nos museus americanos. O autor aponta isto com base no significativo trabalho do sociólogo Paul DiMaggio, intitulado "Social Structure, Institutions, and Cultural Goods: The Case of the United States", de 2000. Neste estudo, ele identifica que houve nos EUA, a partir de 1870, uma mudança cultural importante:

“proliferação de museus, orquestras e bibliotecas públicas, fruto da iniciativa de elites locais. Os membros dessas elites, e os curadores identificados com eles, tendiam a interpretar como sua missão principal o enriquecimento das coleções nos museus. Mas, em relação ao conjunto da população local, a postura era antes de um distanciamento conformado do que de aproximação decidida. Neste período, também começou a surgir muita iniciativa individual, propriamente empresarial, no campo das artes” (Durand, 2000, p.61).

O que o autor explica é que na década de 1930, houve uma profunda mudança de orientação na administração das instituições americanas, especificamente nos museus. O esforço era a atração e frequência de público e incentivo a educação artística. Neste período, ocorreu o aumento de implantação de novos museus e da melhoria de suas condições. A praxe era das prefeituras entrarem com o prédio, a sua manutenção e com o dinheiro para educação, enquanto os curadores financiavam o aumento do acervo, os salários e as bolsas de estudo. Simultaneamente, desenvolvia-se o ensino de artes de modo a gerar não só público, mas também técnicos e administradores para os museus. Consta que, *“A capitalização dos museus aumentou de 15 milhões de dólares em 1910 para 58 milhões em 1930”* (Durand, 2000, p.63). Resumindo grosso modo, se expande um movimento que entende cultura como serviço público ligado ao crescimento econômico. É nestas condições que se registra o avanço na formação de administradores culturais.

A partir dos anos sessenta se fortalece este sistema de investimento na gestão cultural americana, que perdura até hoje e se expande para diversos países. Neste processo, foi se consolidando o neoliberalismo e a globalização. Agora é premente analisarmos o impacto disso nos caminhos adotados pelos governos em matéria de patrimônio cultural e artes.

2.1. A gestão cultural nos EUA e no mundo desenvolvido a partir da segunda metade do século XX

José Carlos Garcia Durand (2000, p.53), cita um artigo do professor Michael Volkerling, da Universidade de Wellington, na Nova Zelândia, publicado, em 1996, "Deconstructing the difference-engine: A theory of cultural policy", o qual propõe uma interessante periodização das políticas culturais no mundo desenvolvido. Trata de analisar os países que se distribuem pela América do Norte, Europa Ocidental e extremo-oriental – Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Áustria, Alemanha, Holanda,

Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Japão, Austrália e Nova Zelândia. De certo, esta análise retrospectiva traçando um histórico das políticas culturais, corresponde ao significado que permeia a ideia de gestão cultural no mundo, a partir da segunda metade do século XX:

a) 1945 até 1965: fase inicial em que a ênfase da orientação governamental era difundir a "alta" cultura ao conjunto da sociedade, ou, em outras palavras, oferecer condições para que o acesso aos gêneros de cultura de elite, então considerados os únicos merecedores de atenção, se "democratizasse", no interior do espaço nacional. Tal orientação baseava-se na crença de que bastava desbloquear o acesso à oferta para que a procura imediatamente se manifestasse, na crença de que o valor intrínseco dos bens de "alta" cultura seria rapidamente "reconhecido". Assim, rompendo-se as barreiras geográficas e econômicas de acesso à literatura, à música erudita, às artes visuais, elas seriam incorporadas ao repertório de gosto e de participação de todas as classes sociais (Durand, 2000, p.53-54);

b) 1965 até 1985: segunda fase de "profissionalização", em que se começa a consciência crescente sobre as intenções hegemônicas das políticas baseadas unicamente na cultura de elite e se aponta a importância do multiculturalismo como objetivo da ação de fomento do Estado.

“É fácil ver que essa mudança de perspectiva muito deveu aos movimentos sociais de afirmação das minorias que perpassa os países de capitalismo avançado, em especial os EUA, durante as décadas de 1960 e 1970. Deveu-se também à influência da UNESCO, construída através de simpósios e publicações, de promover o multiculturalismo como meio de desenvolver comunidades e de preservar identidades nacionais, em uma época de intensificação da comunicação de massa em nível internacional (...). Esta foi uma etapa de profissionalização de uma série de agentes envolvidos com o processo cultural, agora visto de uma perspectiva "materialista" (melhor seria dizer utilitarista) de acordo com Volkerling, posto que interligado a atividades e finalidades outras que o simples "valor em si" da cultura, característica da fase anterior” (Durand, 2000, p.54-55);

c) A partir de 1985: corresponde ao surto neoliberal e do recuo do estado em matéria de políticas culturais. Denomina este período de "reação" dado o caráter conservador do neoliberalismo.

“Nele, o processo de segmentação de mercado, deflagrado no mercado de bens e serviços de consumo final, rapidamente invade o dos bens culturais. (...) Nesta fase, o discurso dominante enfatiza o mercado, e os destinatários das políticas culturais são vistos como consumidores. O escopo das ações é agora internacional, e a tendência privatista que se instala, busca a associação entre governo e iniciativa privada. Nesta fase difunde-se o marketing cultural; a tendência predominante da nova elite de administradores culturais é a da crescente orientação mercadológica e “responsabilização” (ou seja, de prestação de contas, accountability), uma vez que as agências culturais do governo agora operam mais como contratadoras de serviços culturais do que propriamente como realizadoras de ações culturais” (Durand, 2000, p.55-56);

d) 1990-1995: último período, denominado de “incorporação”.

“As políticas ficam investidas de uma função de glorificar o nacional e o popular, enquanto as políticas econômicas nacionais, rezando cada vez mais pela cartilha neoliberal, aprofundam a divisão da sociedade em classes. É a fase em que os governos mais apelam para a vitória esportiva e para a espetacularização dos eventos culturais” (Durand, 2000, p.56/112).

O sistema de financiamento às artes e ao patrimônio por diversas fontes e o entendimento da cultura como serviço público ligado ao crescimento econômico é uma situação que tem sua origem nos Estados Unidos e que avançou para diversos países. Entretanto, neste processo não predomina um consenso sobre estas transformações. Aqui é importante lembrar que, os Estados Unidos romperam relações com a UNESCO, no início dos anos oitenta, em função das críticas que esse organismo fazia, condenando a indústria cultural americana *“pela propagação de valores que ameaçavam a identidade nacional de muitos países pelo mundo afora”* (Durand, 2000, p. 80). Por outro lado, outras entidades internacionais, como o Banco Mundial, propõem o desenvolvimento econômico envolvendo a dimensão cultural.

2.2. A gestão cultural em alguns países europeus e a atual crise na Europa

Apesar deste quadro, o tema da gestão cultural relacionada ao desenvolvimento socioeconômico não tem sido muito considerado em alguns países. Por exemplo, a

importância econômica nas atividades culturais na Inglaterra é rebatida claramente como nos aponta José Carlos Durand (2000 p.57-58):

“Oliver Bennett, diretor do Centre for the Study of Cultural Policy, na Universidade de Warwick, na Inglaterra, e diretor do International Journal of Cultural Policy, publicou em 1995 um artigo no qual arrola uma série de tendências que enfraquecem a legitimidade da intervenção governamental na área das artes e do patrimônio. (...) Segundo Bennett, segue-se a justificação da importância econômica, que argumenta em prol da capacidade que teriam as atividades culturais de gerar efeitos econômicos positivos: criação de empregos, o mais direto deles; turismo, talvez o mais importante dentre os indiretos, sem falar na recuperação urbana, através de estratégias de uso cultural para áreas decadentes. Argumenta Bennett que os numerosos estudos de "impacto econômico" feitos na Inglaterra não são conclusivos, ou, quando muito, não permitem concluir que as atividades culturais tenham impacto maior sobre a economia do que qualquer outra atividade do setor de serviços contemplada com o mesmo dispêndio público. Mais ainda, o próprio fato de as autoridades culturais aderirem a esse padrão de argumentação provoca por si só efeito de trivialização da arte.”.

Já na França o governo financia as atividades culturais utilizando a estratégia da qualidade máxima, onde a verba destinada à determinada atividade depende da sua qualidade e prestígio. A subvenção pública funciona como condição econômica de obtenção de reconhecimento em um nível cada vez mais alto e o Estado passa a oferecer mais empregos regulares, ao invés de apenas apoiar projetos. O Estado financia a oferta artística de vanguarda, incluindo os encargos de subsistência do artista com o objetivo de reduzir a não aceitação do público.

O certo é que há um clima neoliberal com o surto da globalização em diversos países, apesar das diferenças históricas entre eles. Esta onda neoliberal na área cultural na Europa, por exemplo, foi analisada em um seminário, em 1997, publicada no livro *Privatization and Culture. Experiences in the Arts, Heritage and Cultural Industries in Europe*, editado por Peter Boorsma e colaboradoras. O resultado deste seminário aborda o campo da cultura, das artes e também do patrimônio cultural tratando da maior ou menor presença do Estado no controle das organizações culturais europeias nos anos 80 e 90. Assim, temos a gestão de organizações estatais, por exemplo, com participações em funções específicas como

conservação do acervo, organização de exposições, gerenciamento do trabalho técnico, etc. Ou ainda: a gestão da instituição do Governo com o poder de transferir parte da responsabilidade e das funções a empresas particulares, através de contratos de serviços como restaurantes, lanchonetes, segurança, limpeza e conservação de prédios e equipamentos podem ser contratados com terceiros.

Hoje na Europa em grave crise econômica, o quadro de gestão cultural é bem diferente porque os gestores culturais estão vivendo um momento de dificuldades. Acreditava-se na importância da cultura e da criatividade para construir um novo futuro. Entretanto, a situação das organizações dos setores culturais e criativos – microempresas ou organizações sociais – é cada vez mais limitada. Se vive um retrocesso acentuado no investimento público e patrocínio privado e os gestores culturais buscam novas soluções.

Em tempos de crise os modelos em uso de gestão do patrimônio cultural na Europa são questionados. Por um lado, sofrem os golpes iniciais da austeridade econômica, por outro, começam a olhar muito de perto as antigas afirmações que prometiam uma relação de causa-efeito entre investimentos e geração de riquezas e recursos. As instituições responsáveis pelo patrimônio cultural estão procurando novas formas de assegurar sua viabilidade financeira e, por sua vez, criar novas maneiras de estabelecer uma cumplicidade mais eficaz e profunda com os grupos sociais herdeiros dos legados culturais.

3. A gestão do patrimônio cultural relacionado ao desenvolvimento socioeconômico no Brasil

Aqui no Brasil, o patrimônio cultural, especialmente os sítios urbanos preservados incluídos na lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO, foram buscando a alternativa de desenvolvimento socioeconômico, especialmente, através do turismo. A cidade de Goiás, por exemplo, recebeu o título de Patrimônio Mundial em 2001 e já vislumbrava, anteriormente, o turismo como uma importante fonte econômica para a cidade, como foi defendido pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições – Ovat, da cidade de Goiás, criada em 1965:

“No depoimento do presidente, os membros dessa instituição aparecem como pioneiros das iniciativas de fomentar o turismo, disputando com o Iphan o poder de instaurar os efeitos materiais e simbólicos da instituição do patrimônio da cidade de Goiás. Como parte da estratégia de atribuir a um grupo pequeno de pessoas as ações que resultaram no afluxo constante e crescente de turistas para a cidade, a partir da década de 1970, enfatiza-se o esforço voluntário para abrir o Museu de Artes Sacras e as igrejas à visitação pública” (Andréa Ferreira Delgado, 2005, p. 122).

A autora deste trecho, Andréa Ferreira Delgado (2005), em seu artigo sobre a cidade de Goiás, afirma que a ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscava o aproveitamento turístico do patrimônio histórico, procurando a assessoria de técnicos especializados da UNESCO. Também afirma que esta questão toma maior folego nos anos de 1970, após a criação pelo Governo Federal, em 1966, do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Ainda sublinha que, o estímulo ao turismo era um dos objetivos do “Programa das Cidades Históricas”, criado em 1973, pelo IPHAN. Vejamos o que diz:

“Denotando ruptura com o campo discursivo elaborado na primeira fase da instituição, está em construção uma concepção de patrimônio interligada com categorias discursivas construídas na esfera da economia. O objeto da política estatal não é apenas o monumento isolado e/ou o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, mas compreende todo o núcleo urbano. Os objetivos do Patrimônio não são mais explicados apenas em termos da preservação de bens excepcionais que materializam a nação, mas incluem a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda nas cidades históricas” (Delgado, 2005, p.126).

As instituições governamentais e a sociedade vislumbravam e ainda vislumbram a importância do turismo para a sobrevivência dos sítios urbanos preservados, principalmente naqueles considerados Patrimônio Mundiais pela UNESCO. O que predomina é um enfoque econômico restrito sobre nosso patrimônio cultural. A justificativa da ação dos Governos é sempre a abertura de novas alternativas econômicas de desenvolvimento e criação de empregos. Neste afã, os sítios urbanos preservados sofrem inúmeros problemas

como a construção de simulacros da própria história, comprometendo o seu significado cultural.

Os sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial tem um potencial de atratividade turística significativo, com um público interessado em conhecer estes lugares. O próprio título de Patrimônio Mundial é um dos elementos indutores para a atividade turística sob a ótica dos princípios de mercado e das oportunidades de negócios. De um modo geral, o interesse pela titulação representa preocupação mais econômica do que de preservação. Os projetos culturais buscam incentivar o turismo, através do marketing. O interesse é atrair mais turistas, com uma imensa produção de informativos, roteiros, vídeos, panfletos e sites relacionados às atividades de promoção turísticas. Isto redundando em uma política de patrimônio que transforma o sítio preservado em mero produto de consumo. Mas, uma coisa é certa, os recursos financeiros oriundos do turismo que se apropria do patrimônio cultural, não são redistribuídos de uma forma coletiva.

Lembramos, por exemplo, a intervenção no Pelourinho, em Salvador, sítio urbano tombado pelo IPHAN e Patrimônio Mundial desde 1985. É um dos mais graves resultados de intervenção no patrimônio cultural, com a realização de um projeto de segregação da população, sobretudo de pobres e afrodescendentes, que foi direta ou indiretamente expulsa, mudando completamente as características do lugar.

“A grande reforma teve seu início em 1993, com a inauguração de quatro etapas em 1994, correspondendo a 16 quarteirões, e a abertura de dois prédios de estacionamento. Fizeram a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, no que ficou conhecido como Shopping do Pelô, pela expulsão de 1.967 famílias, através de indenização. Os dados populacionais para o conjunto da freguesia refletem a saída da população: 11.630 habitantes (1970), 9.853 (1980), 6.645 (1991) e 3.924 (1996), (Maria Tereza Duarte Paes, 2009, p. 6, citando Vasconcelos, no texto “A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a centro histórico pós-moderno”, de 2003).

As estratégias de desenvolvimento nos sítios urbanos preservados, especialmente, através da exploração turística, de um modo geral, empurram os moradores para as áreas

periféricas, descaracterizando, inclusive a área de entorno. Em Ouro Preto, exemplo emblemático das dificuldades de preservação no Brasil, as demandas turísticas fizeram com que muitos dos moradores antigos do Centro vendessem ou alugassem seus imóveis para o uso turístico. As consequências disso é a alteração do significado do patrimônio cultural para a população local e o esvaziamento do valor simbólico da memória social. A cidade de Diamantina, que conquistou o título de Patrimônio da Humanidade, em 1999, também vem sofrendo importantes mudanças como declarou o Prefeito Gustavo Botelho Júnior, em 2009:

“Se você verificar a periferia, está toda asfaltada, e todas as casas de alvenaria, inclusive casas boas; e quem trouxe isso foi o turismo, que deu emprego a estas pessoas que são oriundas do garimpo. A Universidade Federal, agora, de 2005 para cá, está em Diamantina, ajudando no desenvolvimento, criando. Por isso falo na falta de planejamento, agora que o turismo e a universidade juntos aumentaram muito a demanda, e não estávamos preparados para um desenvolvimento tão grande, e estávamos sem preparo do quadro técnico, e não estávamos estruturados para este desenvolvimento repentino, foi tão grande esse desenvolvimento, que transformou a vida da população” (Everaldo Batista da Costa, 2010, p. 19.)

Os agentes públicos das sítios urbanos preservados e gestores culturais estão afinados em coro, afirmando que a cidade tem como norte o desenvolvimento do turismo. Entretanto, na prática o que observamos é a ausência de um planejamento eficaz que atenda a preservação e a os projetos de turismo. Nesse processo, as alternativas tem sido de decisão política, econômica e administrativa com enfoque no patrimônio cultural dependente da sustentação econômica. Esta visão para a área cultural vem sendo desenvolvida pelos gestores culturais preocupados com o potencial econômico que se abre nessa frente. Assim, as perdas na dinâmica cultural vão se acentuando rapidamente.

Lembramos que preservamos o nosso patrimônio cultural porque ainda tem um significado no contexto sociocultural. A sociedade estabelece vínculos vitais com seus bens culturais conservando aqueles elementos que cumprem uma função social. Existe um consenso geral de resistência à destruição de certos fatos que tem valor e, em que cada um possa

reconhecer a si mesmo e sua experiência de vida associada. Portanto, é necessário partirmos da concepção da importância social da preservação do patrimônio cultural.

4. A formação de gestores culturais

O patrimônio cultural visto como elemento acelerador do desenvolvimento econômico passou a focalizar a necessidade de administradores culturais qualificados de forma afinada a este novo modelo. Desse modo, a formação do gestor cultural é entendida como ensino da administração cultural na lógica da economia da cultura com ênfase em técnicas de gestão voltadas para as formas de financiamento para angariar recursos para manter e ajudar a desenvolver as atividades das instituições culturais. A programação de ensino é calcada no estudo de métodos e técnicas de projetos e na análise dos fenômenos organizacionais.

Os gestores culturais são vistos como uma nova categoria profissional que deve ter uma preparação específica para o gerenciamento de atividades culturais, principalmente no que se refere à capacidade organizacional e à ampliação de seus aspectos de conhecimento econômico. O gestor cultural na área do patrimônio cultural é entendido como responsável pelo planejamento estratégico, plano de sustentabilidade, estabelecimento de parcerias, conhecimentos sobre as estruturas organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, entre outros.

Mas, sabemos que a riqueza do patrimônio cultural exige muito mais. A gestão cultural é um campo profissional expressivo e de um modo geral se considera que a formação deve ser interdisciplinar com temas da arte e cultura, além de conhecimento de economia, princípios jurídicos, planejamento, marketing e administração. Para tanto, o perfil do gestor cultural deve ser entendido de uma forma mais ampla:

“(...) profissional que precisa preservar e aprimorar a sua sensibilidade artística e, ao mesmo tempo, dominar técnicas gerenciais e organizacionais específicas da área cultural. O gestor necessita, também, manter o diálogo entre o universo artístico-cultural, o Poder Público, o meio empresarial e a sociedade civil como um todo. Em outras palavras, o gestor cultural deve ser aquele profissional capaz de gerenciar serviços que se materializam em programas e atividades desenvolvidas, a partir de planejamento e linhas

programáticas definidoras de políticas culturais públicas, privadas e de organizações não-governamentais, participando de todas as fases do processo de desenvolvimento das atividades culturais: criação, produção, distribuição e difusão cultural” (Cunha, p.3).

O fato é que não se formou no Brasil uma convergência acadêmica no sentido de preparar dirigentes culturais, segundo o princípio de uma formação integrada, onde sociologia, antropologia, economia, administração e direito estejam presentes, junto com outras tantas disciplinas, de história, arquitetura, museologia, etc. Ou seja: não podemos ficar restritos a economia da cultura e marketing de produtos culturais.

Conclusão

O Brasil é rico em tradições e com um significativo patrimônio cultural criado, através de séculos e que se expressa em uma série de bens culturais preservados. Com base nas potencialidades que o nosso patrimônio cultural representa tem se procurado elaborar objetivos e estratégias de desenvolvimento econômico, principalmente, através do turismo. Neste processo, para alcançar uma nova meta, o patrimônio cultural se converte em recurso de desenvolvimento da sociedade. Sem dúvida, esta condição exige cautela.

Quando intervimos de alguma forma em nosso patrimônio cultural tocamos em fibras muito sensíveis dos vínculos histórico-culturais que dão coerência e congruência a toda sociedade. Nesse sentido, é importante considerar, antes de tudo, que o patrimônio cultural pertence à comunidade, a qual estabelece vínculos vitais com seus bens culturais, conservando aqueles elementos que cumprem uma função social. Estas relações podem ser de caráter econômico, social, cultural, etc. Ou seja: as relações da comunidade com seu patrimônio cultural não se circunscrevem somente na esfera econômica, mas nas diferentes e complexas esferas da vida social.

Portanto, é necessário partirmos da concepção da importância social da preservação do patrimônio cultural com a responsabilidade de despertar a compreensão de nossa própria história comum. Temos a responsabilidade tanto na preservação de nosso patrimônio cultural como em seu desenvolvimento. Esta responsabilidade é coletiva, diz respeito a todos e a cada um dos beneficiários deste legado. A salvaguardar de nossos bens não se

esgota nas instâncias institucionais, pois depende de uma consciente corresponsabilidade entre a sociedade civil e suas instituições.

Assim, é necessário assumirmos e construirmos uma nova dimensão que permita vincular os conceitos de preservação e seu significado social. É fundamental considerarmos que a preservação de nosso patrimônio cultural representa a espinha dorsal de todos os projetos, pois é base, imprescindível sem a qual não é possível planejar nenhuma transformação.

A importância social de nosso patrimônio cultural está diretamente relacionada ao nosso esforço e trabalho de preservarmos nossos valores culturais que, inclusive, ainda constituem uma base insubstituível para produção cultural atual. É necessário utilizarmos nosso potencial cultural como incentivador da produção cultural restituindo à sociedade a capacidade de reinterpretar o seu patrimônio cultural.

Neste processo uma das mais graves ameaças para nosso patrimônio cultural, que tem sido plural no transcorrer do tempo, é a expansão do processo de globalização para uma pretendida modernidade que adota a lógica de uniformizar a produção cultural. Em outras palavras, no campo da cultura, do mesmo modo que na economia, passamos a receber mais do que produzir. Assim, devemos estar atentos à troca do potencial de nosso patrimônio cultural acumulado, através de séculos, pela ganância fácil do “aqui e agora”.

Hoje a preocupação do indivíduo, despersonalizado, é a de que para triunfar deve pensar em ter, criando uma tabela de valores que o qualifica em razão de sua capacidade de acumular bens. O indivíduo consumidor passivo dos últimos produtos do mercado, que por desconhecimento de sua história, por força de negar suas origens, esvazia o papel social de nosso patrimônio cultural.

O processo deformado e vicioso de projetos culturais que tem como finalidade única o turismo máximo e, portanto, o lucro máximo dos empreendedores consiste na obsolescência tanto mais rápida quanto mais traumatizante dos bens culturais. Provocando necessidades fictícias e inconscientes, eliminando qualquer interesse de crítica e de escolha,

estes projetos configuram-se como sujeição servil da produção cultural da sociedade aos interesses particulares. Estes projetos sufocam qualquer pensamento a respeito da qualidade da produção cultural, eliminando qualquer possibilidade de reflexão e crítica.

O patrimônio cultural nos permite pensar em nós mesmos de forma diferente do que somos e, portanto, propor uma finalidade além da situação presente. Os projetos não são mais do que a predisposição dos meios operacionais para pôr em prática as diferentes formas de apropriação social de nossos bens culturais e os progressos imaginativos e criativos de nossa produção cultural.

Referências Bibliográficas:

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e política cultural, 1976/1990*. (Tese de Doutorado). Escola de Comunicações e Artes/USP. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

BOORSMA, Peter B. *Privatization and Culture: Experiences in the Arts, Heritage and Cultural Industries in Europe*. Springer Science+Business Media Dordrecht, 1998. Springer.com. Disponível em:

BRITO, Clóvis Carvalho. *A UNESCO e a Convenção do Patrimônio Mundial: Fundamentos para a gestão cultural em cidades brasileiras significativas para a humanidade*. NEE UEG, 2006. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/73/100>. Último acesso em 01 jul. 2015.

CUNHA, Maria Helena. *Gestão cultural – profissão em formação*. Gestión Cultural. Disponível em: http://www.gestioncultural.org/ficheros/BGC_AsocGC_MHCunha.pdf. Último acesso em 01 de jul. 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. Da valorização do espaço à fragmentação articulada do território urbano: a cidade histórica para além dos limites do tombamento – o caso de Diamantina. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 28, p.09-32, 2010.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.113-143, jan/jun, 2005.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. A estratégia cultura do governo e a operacionalidade da Política Nacional de Cultura. *Novas Frentes de Promoção da Cultura*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 41-59, 1977.

DIMAGGIO, Paul J. “Constructing an organizational field as a professional project: US Art Museums, 1920-1940”. In: Powell, Walter W. and DiMaggio, Paul (eds.). *The New Institutionalism in organizational analysis*. Chicago, University of Chicago Press, 2000, p. 267-292.

_____, “Social Structure, Institutions, and Cultural Goods: The Case of the United States”. In Powell, Walter W. and DiMaggio, Paul (eds.). *The New Institutionalism in organizational analysis*. Chicago, University of Chicago Press, 1991, p. 267-292.

DOSSIÊ DE INSCRIÇÃO DE DIAMANTINA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1998.

DURAND, José Carlos Garcia. *Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa. Relatório de Pesquisa* Nº 13/2000. Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3215>. Último acesso em 1 jul.2015.

_____. *Cultura como objeto de política pública*. Scielo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8579.pdf>. Último acesso em: 1 jul 2015.

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Síntese preliminar das discussões. Subsídios para a II CNC. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN/MinC, 2010.

GUIMARÃES, Elaine Porto. *Estudo dos impactos causados pelo turismo de eventos culturais em localidades turísticas: o caso da Vesperata em Diamantina-MG.* (Dissertação de Mestrado).Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2006.

OFICINAS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. Organização: Lia Calabre. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Cultura, 2006. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/upload/Projeto_Oficinas_Miolo_1156970790.pdf . Último acesso em: 15 jul. 2015.

PAES, Maria Tereza Duarte. *Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico.* EGAL 2009 - Programa on-line. XII Encontro de Geógrafos de América Latina, de 3 a 7 de abril de 2009, Montevideo, Uruguay.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural. Seu Papel na Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2011. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia Cultural - Seu papel na Política Externa Brasileira 2011.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Politica_Externa_Brasileira_2011.pdf). Último acesso em: 1 jul 2015.

SARAIVA, Enrique. *A gestão da cultura e a cultura da gestão. A importância da capacitação de administradores culturais*. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 28 a 30 de maio de 2008, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14323-02.pdf>. Último acesso em: 1 jul 2015.

VASCONCELOS, P. de A. *A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a 'centro histórico pós-moderno*. In: CARLOS, A.F. e LEMOS, A.I. Dilemas urbanos – novas abordagens sobre a cidade, São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

VOLKERLING, Michael. Deconstructing the difference-engine: A theory of cultural policy. *The European Journal of Cultural Policy*, v.2, n.2, pp.189-212, 1996.

WIDMER, Gloria Maria; **PIRES**, Mário Jorge. O turismo como fator de contribuição para a proteção e função social do patrimônio natural da humanidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 52-64, jul.- dez. 2008. Revista Hospitalidade. Disponível em: Taylor Francis Online. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10286639609358014?journalCode=gcul19> Último acesso: 1 jul 2015.